



FERTIBRÁS S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ n.º 61.442.109/0001-73 - NIRE n.º 35.300.021.819
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO REALIZADA
EM 13 DE OUTUBRO DE 2005

1. Data, Hora e Local: Aos 13 dias do mês de outubro de 2005, às 17:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Henry Ford, n.º 803 – 1º andar.

2. Presença: Os membros do Conselho de Administração, infra assinados, em número legal para deliberação, na forma do artigo 21 do Estatuto Social.

3. Composição da Mesa: Presidente – Sr. Wladimir Antonio Puggina; Secretário – Sr. Wilson Alves de Araújo.

4. Ordem do Dia: Exame, discussão e votação, com base nos poderes delegados ao Conselho de Administração pela Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de setembro de 2005, que deliberou sobre a 4ª emissão de debêntures da Companhia (a “4ª Emissão” e as “Debêntures”), acerca da (i) taxa final de remuneração aplicável às Debêntures, definida em procedimento de *bookbuilding* e (ii) da retificação das hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures.

5. Deliberações: Os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade dos presentes: (i) fixar em 1,45% (um inteiro e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano a sobretaxa (*spread*) a ser acrescida sobre a taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação, no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação; e (ii) retificar as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures deliberadas pela Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de setembro de 2005, determinando que serão considerados eventos de vencimento antecipado das Debêntures quaisquer das seguintes ocorrências: (i) não pagamento pela Companhia das amortizações ou da remuneração ou de quaisquer outros valores devidos em razão das

Debêntures nas respectivas datas de pagamento e/ou vencimento, não sanado no prazo de 05 (cinco) dias úteis; (ii) protesto legítimo de títulos contra a Companhia, cujo valor unitário ou global não pago ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis de sua ocorrência; (iii) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação decorrente da escritura da 4ª Emissão das Debêntures, excluídas as obrigações de natureza pecuniária, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo agente fiduciário, sendo certo que o prazo de 30 (trinta) dias para a regularização do descumprimento de qualquer obrigação da escritura da 4ª Emissão não será aplicável às demais hipóteses de vencimento antecipado; (iv) apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou qualquer procedimento análogo, judicial ou extrajudicial, formulado pela Companhia, seus acionistas controladores e/ou por qualquer de suas controladas; (v) pedido de auto falência da Companhia, de seus acionistas controladores e/ou de qualquer de suas controladas e/ou pedido de falência da Companhia, de seus acionistas controladores e/ou de qualquer de suas controladas que não seja indeferido no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do pedido de falência; (vi) liquidação, dissolução, extinção da Companhia, de seus acionistas controladores e/ou de qualquer de suas controladas (salvo se tais eventos se derem no âmbito de reorganização societária envolvendo a Companhia, seus acionistas controladores e qualquer de suas controladas) ou decretação de falência da Companhia, de seus acionistas controladores e/ou de qualquer de suas controladas; (vii) vencimento antecipado ou inadimplência no pagamento de qualquer dívida da Companhia, em montante individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); (viii) não manutenção pela Companhia, durante o prazo de vigência das Debêntures, dos índices e limites estabelecidos na escritura da 4ª Emissão de Debêntures; (ix) implementação de qualquer forma de reorganização societária que resulte na transferência a outra sociedade de parcela de ativos da Companhia em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se por motivo de reorganização societária envolvendo exclusivamente a Companhia, seus controladores e suas controladas, e desde que tal transferência não afete a capacidade da Companhia de cumprir com as suas obrigações pecuniárias nos termos da escritura da 4ª Emissão; (x) o descumprimento de qualquer das obrigações estabelecidas no contrato de penhor de ações, por meio do qual a Companhia e a Benspar S.A. (“Benspar”) formalizaram o penhor de 1º grau das ações de emissão da Fosfertil - Fertilizantes Fosfatados S.A. (“Fosfertil”) e da Fertifós Administração e Participação S.A. (“Fertifós”) de sua titularidade, que constitui a garantia real das Debêntures e/ou no contrato de penhor de dividendos, por meio do qual a Companhia e a Benspar formalizaram o penhor de 2º grau, em favor dos titulares das Debêntures, de seus direitos ao recebimento de eventuais dividendos e juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados pela Fosfertil e pela Fertifós (“Dividendos”); (xi) o pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital

próprio se a Companhia estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer das obrigações pecuniárias devidas em virtude das Debêntures; (xii) não conversão do penhor de direitos de recebimento de Dividendos de 2º grau para penhor de 1º grau, nos termos do respectivo contrato; e (xiii) alienação do controle acionário da Companhia se, em análise realizada imediatamente após a conclusão da transação que resultou na alienação do controle da Companhia, a agência de classificação de risco responsável pela elaboração do *rating* da 4ª Emissão concluir que a alteração do controle da Companhia acarretou redução da classificação de risco da 4ª Emissão. Por fim, os membros do Conselho de Administração autorizam a Diretoria da Companhia a firmar instrumento de aditamento à “Escritura Particular da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, Com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, da Fertibrás S.A.”, celebrada em 27 de setembro de 2005, de forma a refletir as deliberações tomadas neste ato.

6. Encerramento e Aprovação da Ata: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida e, achada conforme, segue assinada pelo Secretário da Mesa e por todos os membros do Conselho de Administração presentes. Osasco, 13 de outubro de 2005.

Wladimir Antonio Puggina – Presidente da Mesa
Wilson Alves de Araújo - Secretário

Conselheiros Presentes: Wladimir Antonio Puggina, Wilson Alves de Araújo, Eduardo Augusto de Almeida Guimarães, Luiz Bertasi Filho, Norman Puggina e Urbano Campos Ribeiral.

A presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio


WLADIMIR ANTONIO PUGGINA
Presidente

